

UMA FRONTEIRA ABERTA: A FRONTEIRA OESTE DO BRASIL NA ERA DOS IMPÉRIOS.

Domingos Savio da Cunha Garcia*

RESUMO.

Este trabalho discute as peculiaridades da fronteira oeste do Brasil no período entre 1870 e 1920, procurando ressaltar a importância geopolítica dessa região, situada entre os atuais estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Acre, desde a sua incorporação ao império português na América, no século XVIII. Destacando os elementos de fragilidade no domínio do Estado sobre essa região, em particular durante o período de instabilidade política dos primeiros anos da República, ressalta as consequências dessa fragilidade no momento da expansão colonialista contemporânea e dialoga com a historiografia sobre o Brasil, que não destaca, ignora ou mesmo nega possíveis ações colonialistas das grandes potências estrangeiras do período naquela região.

Palavras chave: Brasil, fronteira oeste, século XIX.

ABSTRACT.

This work discusses the peculiarities of the Brazilian West border in the period between 1870 and 1920, searching to detach the geopolitics importance of that region, situated between the present states of South Mato Grosso, Mato Grosso, Rondonia and Acre, since his incorporation to the Portuguese empire in the America, in the century XVIII. Detaching the elements of fragility in the domain of the State about that region, in private during the period of political instability of the first years of the Republic, stands out the consequences of that fragility in the moment of the contemporary colonialist expansion and talks with the historiography about Brazil, that does not detach, ignores or even denies possible colonialist action of the big foreign powers of the period in that region.

Keywords: Brazil, West border, Nineteen Century.

*Professor do Departamento de História da UNEMAT – campus de Cáceres; doutor em Economia Aplicada (História Econômica), pela UNICAMP.

Queremos partir de uma formulação: a fronteira como fator decisivo para a ação estatal em Mato Grosso, desde a criação da capitania pela metrópole portuguesa, no século XVIII. Após a Independência, tal percepção perdurou durante toda a primeira fase do império brasileiro, até a Guerra do Paraguai. A partir daí, seja por razões estruturais do Império, onde o regime escravista impunha dificuldades suplementares para a constituição de forças militares capazes de defender o imenso território do país, seja pelas dificuldades que se desenvolveram na primeira fase da República, cujo regime estava em fase de consolidação, a fronteira oeste perdeu importância momentânea para o Estado brasileiro. Essa perda de importância momentânea se revelará perigosa e cobrará um tributo do país. Rapidamente essa importância será retomada, a partir de processos com os quais o Estado brasileiro não contava e sobre os quais teve dificuldades.

Para precisar, quando falamos de fronteira estamos falando de fronteira política e não de outro tipo de fronteira, como fronteira étnica, fronteira religiosa ou mesmo fronteira cultural.

Quando se fala em fronteira política do Brasil com os países de língua espanhola, notadamente aquela de Mato Grosso, atualmente levanta-se questionamentos dessa natureza pelo fato de que tal fronteira nada tem a ver com os povos originários da região, para quem tais definições eram (e ainda são) algo totalmente estranho.

Esse questionamento é correto, mas não resolve a questão. O estabelecimento de fronteiras, com a definição de seu território, que precisa ser defendido, é uma das características do Estado moderno. Dessa forma, tais questionamentos ignoram que o estabelecimento de fronteiras claramente definidas na América, durante o período colonial, era parte da estratégia metropolitana para sua afirmação como Estado nacional autônomo com alguma importância na Europa. Esse fato era particularmente visível no caso de Portugal, para quem a manutenção de sua vasta colônia americana, o Brasil, era uma condição para sua afirmação no cenário da Europa do século XVIII, ou mesmo da manutenção de sua independência frente à cobiça espanhola, que propugnava a anexação do pequeno estado lusitano, como era perceptível por um Dom Rodrigo de Souza Coutinho. Esse dirigente português, ao defender melhorias na colônia americana, identificava em sua manutenção e seu desenvolvimento, uma condição para a manutenção da independência de Portugal (NOVAIS, 1995:136-174).

As fortificações, as vilas com caráter de povoamento e afirmação territorial, fundadas pelos capitães gerais que vieram para Mato Grosso, durante o período colonial, reforçaram

essa preocupação com a definição de fronteira e a defesa do território por parte da Coroa portuguesa.

Realizada a Independência, o fator fronteira, ou dito melhor, o fato de ser fronteira, continuou a ser o elemento que diferenciava Mato Grosso das demais províncias do Império do Brasil, com alguma semelhança com a então província do Rio Grande de São Pedro, atual Rio Grande do Sul.

Estar na fronteira com países de língua espanhola que, nos seus processos de independência, adotaram o regime republicano de governo e aboliram o trabalho escravo; ser acessível por terra somente após percorrer trajetos penosos, que duravam meses, ou os rios do norte nem sempre seguros, fizeram de Mato Grosso uma província com características particulares, que trouxeram constantes preocupações para os governantes do Império.

Era uma província localizada na fronteira, que precisava ser vigiada e com um território que precisava ser defendido. Ao mesmo tempo, era preciso fazer desenvolver a província, estimular a sua produção e torná-la auto-sustentável, de tal forma que os investimentos e gastos que ali fosse necessário ser feito para que esse objetivo fosse alcançado, resultasse da arrecadação obtida na própria província (COSTA, 1998:141-173).

Enquanto esse objetivo não era alcançado, o Estado imperial mantinha uma política financeira em relação a Mato Grosso semelhante somente àquela desenvolvida em relação ao Rio Grande de São Pedro: gastava na província mais do que ali arrecadava.

Portanto, realizada a Independência, a preocupação com a definição do território, sua defesa e acesso a ele, continuou por parte dos dirigentes do Império, na medida em que a construção do Estado foi novamente colocada na ordem do dia, agora como Estado-Nação e não como parte de um Estado europeu, como se verificou durante o período colonial.

Para o centro do poder estatal, os problemas de Mato Grosso continuaram, principalmente o fato de ser fronteira de difícil acesso, isolada do centro. Um problema que precisava ser resolvido ou o domínio do jovem Estado brasileiro sobre essa parte do território poderia ser colocado em questão, na medida que a frágil capacidade de defende-lo era evidente.

Isso ficou claro desde o episódio da anexação da província de Chiquitos, em 1825, que logo foi desautorizada por Dom Pedro I. Afinal, como anexar uma parte do território colonial espanhol convulsionado pelas lutas independentistas, se o Estado brasileiro era incapaz sequer de defender o seu próprio território, no caso a província de Mato Grosso? Era um risco enorme, uma tentativa de expansão territorial que poderia terminar em perda territorial.

Mas tarde, o esforço da diplomacia imperial na região do Prata, também passou a considerar de alta relevância a abertura da navegação dos rios da região, que permitisse o acesso rápido à província de Mato Grosso. Com a navegação a vapor, os penosos quatro meses de viagem por terra, do Rio de Janeiro a Cuiabá, poderiam ser substituídos por confortáveis 40 dias de barco a vapor.

A estratégia do Estado imperial em relação a Mato Grosso era clara: atuar politicamente, diplomaticamente e militarmente de forma a liberar a navegação pelos rios do Prata, para permitir o acesso rápido àquela província e a toda a fronteira oeste.

Entretanto, esse objetivo não foi alcançado somente por via diplomática. A intervenção brasileira na disputa entre federalistas e centralizadores na Argentina, que terminará com a derrota de Rosas em Caseros, em 1852, também permitiu que se chegasse a um acordo para liberar a navegação pelos rios do Prata, finalmente alcançados em 1853, no que diz respeito à Argentina. O Paraguai, no entanto, exigiu a solução para as suas reivindicações territoriais sobre uma parte sul da província de Mato Grosso, para que o preito brasileiro fosse aceito. Abriu-se uma negociação diplomática penosa que quase terminou em guerra, em 1852. A diplomacia terminou por prevalecer e um acordo de navegação, firmado em 1856 e adendado em 1858, permitiu a livre navegação no rio Paraguai, na parte desse rio que corta o território paraguaio. Dessa forma, a fronteira oeste passou a ser acessível pela sua entrada sul (COSTA, 1996:73-141).

No entanto, seis anos depois, a indefinição sobre o território localizado na fronteira sul de Mato Grosso, reivindicado pelo Paraguai, vai ajudar a justificar, por parte dos paraguaios, a ocupação da província por suas tropas, no início da Guerra do Paraguai.

A ocupação do sul de Mato Grosso pelo Paraguai e o fechamento da navegação dos rios do Prata, lançarão novamente Mato Grosso no isolamento e o centro estatal do Império ficou de mãos atadas. Sua tentativa de expulsar as tropas paraguaias de Mato Grosso revelou seu desconhecimento e suas imensas dificuldades para chegar à região da fronteira oeste. Essa operação militar terminou em gigantesco fracasso, narrado pelo visconde de Taunay no épico *A Retirada da Laguna* (GARCIA, 2001: 70-73).

As privações por que passou a população da província durante a Guerra do Paraguai, em alguma medida foi redimida pelo contato com comerciantes da Bolívia, alguns dos quais chegaram a ir até Cuiabá, vender os seus produtos para a esfomeada população da capital de Mato Grosso (Garcia, 2001: 77). Nesse caso, a fronteira oeste, porosa e acessível, facilitou a vida da população dessa região.

Terminada a Guerra do Paraguai, restabelecida a navegação e iniciado o desenvolvimento do capital mercantil, da pecuária, da extração do mate, no extremo sul, e da borracha, no norte da província, o fator fronteira não desapareceu das preocupações do Estado imperial em relação a Mato Grosso. Novos quartéis foram construídos em Corumbá, em São Luiz de Cáceres e Cuiabá. O arsenal da marinha foi reforçado e transferido para Corumbá. Os investimentos aplicados nas reformas e ampliações das instalações militares ajudaram na arrecadação de impostos da cambaleante província, até que sua produção se restabelecesse, após a desorganização que a guerra provocou (GARCIA, 2001: 85-113).

No entanto, esse ímpeto inicial foi arrefecendo, na medida em que se avançava para o final do Império, até que a fronteira oeste fosse colocada em situação de região com grande fragilidade de defesa. Essa fragilidade se tornava mais evidente na sua parte superior, onde os rios não poderiam mais servir como vias naturais de transporte.

Após a Guerra do Paraguai, mesmo que a fronteira com o Paraguai fosse demarcada, os elementos sensíveis que caracterizam uma fronteira continuaram. No caso de Mato Grosso, o desenvolvimento econômico da Argentina após a Guerra do Paraguai, realimentou as preocupações com Mato Grosso, agora por parte dos militares, que não esqueceram o que havia ocorrido com aquela província, durante a guerra. Defendiam de forma permanente, que uma estrada de ferro permitisse a ligação direta do centro do Império com Mato Grosso e toda a fronteira oeste, sem depender dos rios da região do Prata, controlado pela Argentina e pelo Paraguai. Entre esses militares estava o general Ozório, destacado líder militar e político (GARCIA, 2009: 58-60). Os Planos Nacionais de Viação que foram propostos a partir daí, continham diversos traçados, que terminavam em Mato Grosso, curiosamente apontados para Cuiabá, São Luiz de Cáceres ou mesmo Vila Bela da Santíssima Trindade, às margens do rio Guaporé. No entanto, tais planos não saíram do papel até o início do século XX (SOUZA NETO, 2004).

A chegada da República não mudará essa preocupação: Mato Grosso continuou a ser uma fronteira sensível, agora com um elemento novo a complicar a situação: as disputas entre diferentes frações da oligarquia local pelo poder, entrelaçadas com as disputas que se desenvolviam no plano nacional, no quadro de instabilidade que caracterizou as duas primeiras décadas republicanas no Brasil.

De outro lado, no plano internacional uma mudança importante estava em curso, trazendo riscos de outra natureza, advindos da nova geopolítica internacional que se abriu, onde um neocolonialismo ávido por territórios se desenvolvia em escala crescente, impelindo as principais potências de então a uma corrida em direção a outros continentes. Um território

isolado do centro político, mal povoado e mal defendido, rico em borracha, cuja procura pelo mercado internacional era crescente, se tornou motivo de cobiça e fator de risco. Esse território se localizava na fronteira oeste ou próximo a ela. Dois episódios que se entrelaçaram revelarão de forma nítida tal risco: o episódio da disputa pelo território do Acre e a operação dos belgas na fronteira de Mato Grosso com a Bolívia.

A disputa pelo território do Acre, inicialmente pertencente à Bolívia, como reconhecia o governo brasileiro de então, ganhou uma dimensão dramática com o aparecimento de uma *chartered company* denominada Bolivian Syndicate, que arrendou do governo boliviano o território em disputa e se dispunha a exercer naquele território as funções que são típicas de Estado: defesa, cobrança de impostos e controle territorial e dos rios. O Bolivain Syndicate pertencia a um grupo de capitalistas, cuja representação não estava clara, mas entre os quais estava um sobrinho do então presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, e os Rothschild, casa bancária com ramificações em diversos países europeus e credora do Brasil, para quem atuava como agente bancário (GARCIA, 2009: 193-205).

Mais do que uma disputa territorial entre o Brasil e a Bolívia, essa disputa pelo Acre revelará uma mudança fundamental na geopolítica internacional, com o aparecimento de novos atores, o que no caso da América Latina, significará a afirmação dos Estados Unidos como potencia hegemônica na região, que passará a ser sua área de influência exclusiva, deslocando a sua antecessora Inglaterra.

O vai-e-vem na disputa pelo território do Acre revelará uma diplomacia brasileira inicialmente frágil e temerosa, mas que vai se reordenando e se reposicionando de tal forma que os elementos de mudanças na geopolítica internacional são considerados a cada momento, até que uma saída honrosa para todos foi encontrada, o que envolveu compensações financeiras, territoriais e de infra-estrutura. Esse reposicionamento se deve em larga medida às mudanças operadas pelo Barão do Rio Branco, após a sua posse no Ministério das Relações Exteriores, em 1902. Esse reposicionamento, a nova orientação tomada a partir daí e as ações desenvolvidas, levaram a uma solução para a disputa pelo território do Acre. O Bolivian Syndicate desapareceu, mas a Bolívia ficou sem parte de seu território e o Acre foi incorporado ao Brasil (GARCIA, 2009: 226-232).

Nesse mesmo período e de forma simultânea, se movimentando nesse quadro extremamente tenso e se aproveitando dele, outro ator operou com muita discrição, mas com muita audácia na fronteira oeste do Brasil: os belgas.

Os belgas operaram em Mato Grosso, atuando em um território que se localizava ao lado da região convulsionada do Acre, que também delimitava o Brasil com a Bolívia e onde

havam adquirido grandes áreas de terra, seja por compra direta para a pecuária e a industrialização de carne bovina, seja por concessão para exploração de borracha.

Os belgas atuavam de tal forma que suas ações se desenvolviam em sintonia com os acontecimentos do Acre, avançando ou recuando conforme esses acontecimentos lhes fossem favoráveis ou não. Nessa atuação na fronteira oeste, se comportavam de forma muito semelhante à sua atuação na África, explorando as contradições dos atores estatais envolvidos na disputa, no caso, a Bolívia, o Brasil e os Estados Unidos. No caso africano, a ação belga, marcada pela conjugação de elementos de mobilização de opinião pública favorável a uma suposta ação humanitária, combinada com a mobilização de capitais que lhes permitissem avançar e se posicionar da melhor maneira possível, acabaram por lhes dar a posse de um imenso território, rico em marfim, borracha e minerais, que veio a ser o Estado Independente do Congo, um Estado particular controlado pelo rei Leopoldo II. Tudo isso num quadro onde a geopolítica européia daquele momento estava complicada e tensa, numa disputa que envolvia os interesses da Inglaterra, França e Alemanha, notadamente (WESSELLING, 1998: 83-148).

A solução da disputa pelo território do Acre, favoravelmente ao Brasil, se deu, portanto, num quadro extremamente tenso nas relações internacionais do período. Ao resolver a questão do Acre, o governo brasileiro resolveu também a questão dos belgas, na medida em que os europeus foram enquadrados na nova situação aberta com a hegemonia política dos Estados Unidos na América Latina, elevada à condição de área de sua influência exclusiva.

Dessa forma a fronteira oeste foi preservada, mas ficou claro que os acontecimentos apontavam para a necessidade de medidas urgentes no sentido de sua integração ao centro político e de sua defesa.

Resolvida a Questão do Acre, imediatamente o centro do poder estatal do Brasil tratou de agir: começou a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, ligando o centro estatal à Mato Grosso e uma rede de linhas telegráficas foi estendida pela região. Simultaneamente a ferrovia Madeira Mamoré também foi construída, nas adversas condições da selva. Para além do cumprimento do tratado com a Bolívia, que pôs fim à disputa pelo Acre, nesse caso tratava-se de ter acesso a uma região sensível, acesso esse que não poderia ficar na dependência da concessão de países vizinhos, nem sempre possível. A fronteira oeste cobrava o seu tributo e o Estado brasileiro se viu obrigado a atendê-lo, desenvolvendo ações que lhe dava acesso direto àquela região, assim como procurava estabelecer instituições estatais que lhe desse o controle e marcasse a sua presença. O Estado brasileiro havia percebido na prática

que a sua ausência poderia colocar em questão o seu domínio sobre aquela região (GARCIA, 2009: 235-248).

Dessa forma, a fronteira oeste retomava o fio de continuidade com o caráter estratégico que possuía, restabelecendo a ligação com os processos desenvolvidos durante o período colonial e durante a primeira fase do Império, até a Guerra do Paraguai. Ao contrário do que puderam imaginar os dirigentes da jovem república brasileira, uma desatenção com a fronteira oeste poderia custar caro. Nas condições em que se desenvolvia a geopolítica internacional na virada do século XIX para o século XX, não era permitido que o Estado brasileiro se ausentasse daquela região ou nela se apresentasse com fraqueza.

Resumidamente, esses são os destaques que fazemos sobre o jogo na geopolítica internacional do período, em que a fronteira oeste do Brasil se viu envolvido. Um jogo delicado, em que diferentes atores operaram, cada um procurando tirar proveito da situação em seu favor, e onde o Estado brasileiro também operou, com posições que foram se alterando ao longo do processo, até compreender que era necessário o devido cuidado, diante da sua fragilidade frente a outros atores mais poderosos, mas que terminou por obter resultados importantes, de forma a garantir o seu domínio sobre essa região.

Feitas essas considerações, cumpre-nos interrogar sobre como a historiografia sobre o Brasil aborda esse quadro de disputas em que a fronteira oeste esteve envolvida, na virada do século XIX para o século XX, sobre os diferentes atores que ali operaram, sobre os processos que se desenvolveram em torno dessas disputas e sobre os seus resultados.

Um visão panorâmica da historiografia sobre o Brasil que discute esse período, nos parece bastante distante desses processos, dos atores envolvidos e do quadro da geopolítica internacional nesse momento, de forma que, em geral, essa historiografia se concentra no resultado do processo, analisando o resultado, mas ignorando o processo. Dessa forma, pouco importa como os acontecimentos se desenvolveram, que interesses se manifestaram e como foram sendo superados pela ação dos diversos atores envolvidos.

Esse método de abordar a história do Brasil em relação à fronteira oeste, acaba por ignorar ou reduzir a sua importância, levantando uma penumbra sobre esses acontecimentos e toda a riqueza que eles tem. No entanto, a riqueza com que os acontecimentos se desenvolveram, a trama com que diferentes atores operaram, nos ajuda a concluir que o resultado não estava dado, mas que foi exatamente o produto da ação desses atores, da sua evolução, até que se chegasse ao resultado conhecido (GARCIA, 2009: 19-28).

Cabe à historiografia sobre o Brasil revelar esse processo, descortinar essa trama, revelar os atores e suas ações, para que avancemos no estudo da fronteira oeste ao longo da história, em particular no período mais recente.

Com esta curta exposição, queremos chamar atenção para a importância da discussão sobre a fronteira oeste na história do Brasil, desde o período colonial até a Primeira Guerra Mundial, destacando-a na esfera política e geopolítica. Nessa perspectiva, chamamos atenção para a importância do período compreendido entre a virada do século XIX para o século XX, período esse caracterizado pela retomada da corrida colonialista e que teve forte impacto na fronteira oeste, como mostramos, apesar da historiografia dar pouco ou nenhum destaque para essa questão.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

COSTA, Wilma. *A Espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império*. São Paulo: Hucitec; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

_____. A questão fiscal na transformação republicana – continuidade e descontinuidade. In *Economia e Sociedade. Revista do Instituto de Economia da UNICAMP*. Campinas, vol. 10, p 141-173, junho/1998.

GARCIA, Domingos Savio da Cunha Garcia. *Território e Negócios na “Era dos Impérios”: Os Belgas na Fronteira Oeste do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

_____. *Mato Grosso (1850-1889): Uma Província na Fronteira do Império*. 2001, 137 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia, UNICAMP. Campinas, 2001.

HOCCHILD, Adam. *O Fantasma do Rei Leopoldo. Uma História de Cobiça e Terror na África Colonial*. Trad. Beth Vieira. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

WESSELING, Henk L.. *Dividir Para Dominar: A Partilha da África (1880-1914)*. Trad. Celina Brandt. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Revan, 1998.